

DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES AO IFAM CAMPUS LÁBREA: UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

Dalilane de Jesus Sobreira da Rocha¹ e Antônio Paulino dos Santos²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus
Lábrea^{1 2}

¹ (dalilane.ds@hotmail.com)

² (paulinoventura.labrea@gmail.com)

RESUMO

O presente artigo busca caracterizar a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, evidenciando sua concepção, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909; perpassando pela relevante expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, em 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892/2008; culminando com a instalação do Instituto Federal em Lábrea, em 2010, o IFAM campus Lábrea. Pesquisa Bibliográfica às fontes existentes serão utilizadas para abordar o contexto histórico da EPT e a criação dos Institutos Federais, acrescido de pesquisa documental, em face da instalação do IFAM campus Lábrea, integrarão os materiais e métodos do estudo, que ao final, possibilitará a discentes, docentes e comunidade acadêmica em geral, a compreensão da estrutura e do funcionamento da EPT no Brasil, oportunizando a sistematização e a produção de conhecimento no campo em questão, colaborando, inclusive, para o desenvolvimento de novos estudos.

Palavras-Chave: História, Educação Profissional, Institutos Federais e IFAM campus Lábrea.

ABSTRACT

This article aims to characterize the trajectory of the Professional and Technological Education in Brazil, evidencing its conception with the creation of the Schools of Apprentices and Crafters in 1909; reaching out the relevant expansion of the Federal Network of Professional Scientific and Technological Education in 2008, with the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology, by

1 Estudante do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica, do IFAM *campus* Lábrea. Licenciada em Ciências Biológicas (UEA/2015). Professora da Rede Municipal de Ensino;

2 Mestre em Ensino Tecnológico (IFAM/2018). Assistente em Administração do IFAM *campus* Lábrea.

the Law 11,892 / 2008; culminating with the installation of the Federal Institute in Lábrea in 2010, the IFAM campus Lábrea. Bibliographic Research the sources will be used to approach the historical context of the EFA and the creation of the Federal Institutes, added of documentary research, in relation to the installation of the IFAM campus Lábrea, they will integrate the study materials and methods, which in the end, will enable students, teachers and the academic community in general, the understanding of the structure and functioning of EFA in Brazil, allowing the systematization and production of knowledge in the field in question, collaborating, even, for the development of new studies.

Keywords: Story, Professional education, Federal Institutes and IFAM campus Lábrea.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apresenta em seu Art. 6º que a Educação é um dos direitos sociais do cidadão, inclusive assevera no Art. 205 ser um “[...] direito de todos e dever do Estado e da família, [que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho” (BRASIL, 1988). Sobremaneira, a Lei nº 9.394/1996 (a LDB) referendou esse preceito constitucional, sendo, pois, a Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Embora na qualidade de educadores, ainda temos muito a apreender sobre Educação, haja vista que “[...] debates, trabalhos acadêmicos e uma variedade de estudos realizados não foram suficientes para esgotar o quanto ainda temos por discutir, debater e propor” (SANTOS; GONZAGA, 2018, p. 27). E quando o nosso objeto de estudo é a Educação Profissional e Tecnológica, a EPT, os desafios são ainda maiores porque esta “[...] não objetiva apenas a preparação para o mercado de trabalho, mas para a construção de uma sociedade mais humana, de participação política e social ativa, que contribua de forma significativa para a vivência com equilíbrio nos mais diversos campos da vida” (idem).

Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de caracterizar a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, evidenciando sua concepção, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909; perpassando pela relevante expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Lei nº 11.892/2008; culminando com a instalação do IFAM campus Lábrea no ano de 2010.

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho teve origem na

disciplina Legislação, Políticas Públicas e EPT, do curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM campus Lábrea, na forma de Educação a Distância. A disciplina foi ministrada pela professora Mestre Bárbara Castro Lapa e apresentou um panorama geral de tudo o que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece em seu bojo.

Tudo muito novo, mas ao mesmo tempo desafiador para uma professora da Educação Básica, que deseja aprofundar a compreensão da estrutura e funcionamento da EPT no Brasil, e oportunizar a outros atores: discentes, docentes e comunidade acadêmica em geral, um estudo sobre a temática, inclusive a partir da realidade (muitas vezes desconhecida) do IFAM campus Lábrea, afim de que futuramente possam realizar outros estudos e gerar novos conhecimentos.

Para tanto, será realizada uma intensa pesquisa bibliográfica às fontes existentes que abordam o contexto histórico da EPT e a criação dos Institutos Federais – Decretos e Leis Federais; Frigotto (2006), Otranto (2010), Pacheco (2011), Oliveira (2012), Mourão et al (2013) dentre outros, acrescido de pesquisa documental, em face da instalação do IFAM campus Lábrea, que oportunizará a sistematização e a produção de conhecimento no campo EPT, em conformidade com o disposto na seção seguinte.

MÉTODO OU FORMALISMO

A característica da pesquisa teve como base a abordagem de cunho qualitativo, a partir da utilização de recursos e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental a respeito do tema. A pesquisa qualitativa encontra uma sustentação em Guntler (2006), quando considera que ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos específicos.

Quanto aos meios, como citado anteriormente, a investigação se deu através de pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, de acordo com Severino (2009, p. 123):

A pesquisa bibliográfica é aquela que realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Assim, conforme Ludke e André (2000, p. 167):

A pesquisa documental é entendida como uma série de operações, visa estudar e

analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos; descobrir as circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas com as quais podem estar relacionados, atendo-se sempre às questões de interesse.

Neste contexto, percebemos que tais materiais ou formalismo, foram de grande relevância durante a investigação, visto que livros, revistas, artigos, dissertações, teses, leis, decretos e portarias, remetem uma visão ampla dos fatos dando suporte essencial e fornecendo dados imprescindíveis relacionados ao tema em questão.

A organização desses materiais foi viabilizada em pesquisas na Internet, em bibliotecas locais e especialmente a partir dos materiais disponibilizados na disciplina Legislação, Políticas Públicas e EPT do respectivo Curso de Especialização, o que permitiu ainda outras consultas e estudos a partir das referências das obras estudados inicialmente. Tudo disponível para ampliar os referenciais, visando consequentemente a escrita do trabalho, que consistiu não apenas em reproduzir escritos já referendados, mas contar de outra forma, com outro viés, a nossa visão sobre a história da EPT e afins.

Quanto ao universo, o trabalho investigativo teve como campo de análise o acompanhamento do processo de implantação dos Institutos Federais no Brasil, através da Lei 11.892/2008, dando ênfase à criação do IFAM campus Lábrea, considerando, inclusive, seu contexto e suas relações com o desenvolvimento da região do médio Purus.

Ante o exposto, com uma visão geral acerca da metodologia do Estudo, segue na seção seguinte, um panorama geral dos resultados obtidos após a realização da revisão bibliográfica e pesquisa documental implementadas, dividido em três seções, a saber: A trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (Linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil); A implantação dos Institutos Federais no Brasil, em 2008 (A criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil); breve histórico sobre a criação do IFAM campus Lábrea, em 2010 (A implantação do IFAM campus Lábrea no contexto da expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica), e aspectos relacionados ao campus Lábrea, hoje, 2018 (o IFAM campus Lábrea hoje).

Resultados e Discussões

Durante a fase de levantamento bibliográfico e documental, foi possível obtemos uma concepção mais aprofundada acerca da trajetória histórica da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica no Brasil, bem como o processo de implantação dos Institutos Federais assim como a expansão dos referidos Institutos para diversos Estados, capitais e interiores do nosso país, possibilitando uma análise geral e estrutura do funcionamento da EPT no Brasil, a partir do caso IFAM campus

Lábrea, a saber.

1. LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

A trajetória da Educação Profissional e Tecnológica que constitui a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, inicia-se, na verdade, em meados do século XX, tendo como principal influência a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, no governo do Presidente Nilo Peçanha, em 19 estados brasileiros, as quais surgem da necessidade de atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias.

De acordo com SANTOS (2003, p. 212):

No regime republicano, influenciado por uma ideologia que buscava o desenvolvimento através da industrialização, o presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, cria 19 Escolas de Aprendizes Artífices. Essas escolas tinham a finalidade de oferecer o ensino profissional primário e gratuito à população.

Para Frigotto (2006), o ensino das Escolas de Aprendizes Artífices deveria voltar-se para a formação de operários e contramestres, e estes deveriam estar em condições de atender às exigências da indústria moderna em função da sua instrução, atividade e moral. Antes deste período, a formação profissional se restringia ao treinamento para a produção em série e padronizada, com profissionais semiqualeificados.

Nesse contexto, essas escolas vêm neste momento, constituir a primeira Rede de Educação Profissional do Brasil, se expandindo por todo o território brasileiro. Em contrapartida, instituiu-se o ensino agrícola para capacitar os chefes de cultura, administradores e capatazes, evidenciando um redirecionamento da educação profissional. Assim, seu campo de atuação é ampliado para atender aos interesses econômicos emergentes nos campos da agricultura e da indústria (OLIVEIRA, 2012, p. 49).

As quase três décadas posteriores, são marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais. E, em consequência a essas mudanças, em 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices sofreram modificações e são substituídas pelos Liceus Profissionais, por meio da Lei nº 378/37, os quais foram destinados à Educação Profissional em diversos segmentos de ensino. Neste momento, o Brasil como citado anteriormente, passava por vastas transformações, que aos poucos inseria o país no capitalismo industrial com o fortalecimento da indústria e do emprego.

Com isso, tornou-se fundamental o investimento na formação profissional

da população, pois as indústrias necessitavam de mão de obra qualificada, deixando a Educação Profissional de atender a formação básica das crianças para iniciar sua atuação com o Ensino Médio.

Entraram, pois, em vigor várias leis conhecidas como Reforma Capanema, que reestruturaram o ensino no Brasil. O ensino profissional passou a ser considerado de nível médio, o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão e os cursos foram divididos em dois níveis, correspondendo aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um ano de estágio supervisionado na indústria compreendendo várias especialidades (BRASIL, 2009).

Em 1942 pelo Decreto nº 4.127, os Liceus Profissionais são transformados em Escolas Industriais e Técnicas, dividindo o ensino médio em dois ciclos e em cinco modalidades. Estas instituições, por sua vez, se caracterizam por vincular o ensino industrial à estrutura do ensino do país, uma vez que os discentes formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Mais tarde, essas Escolas Industriais e Técnicas são reconhecidas como autarquia, ganhando autonomia didática e de gestão. A partir de então, passam a se configurar como Escolas Técnicas Federais, em 1959 e dois anos mais tarde é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, que referenda as mudanças então implementadas.

Momento em que vai se constituindo concomitantemente às Escolas Técnicas Federais, uma rede de escolas chamadas Escolas Agrotécnicas Federais (por exemplo, no Amazonas, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus, hoje, IFAM campus Zona Leste), as quais se configuravam em um modelo de escola fazenda, que eram vinculadas ao Ministério da Agricultura, e, posteriormente integradas ao Ministério da Educação e Cultura, passando a se chamar escolas agrícolas.

Perpassando este momento, em 1978, estas escolas (Técnicas Federais) sofrem modificações, dando origem a partir do decreto-Lei 6.545/78, aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), que instituiriam a base do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, no ano de 1994. Perspectiva em que os CEFETs surgem com objetivo de ofertar educação em nível superior, operando como autarquias de regime especial, detentores da autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

É interessante destacar que dois anos depois a este acontecimento, a educação profissional passa novamente por uma reestruturação, isso acontece a partir da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) ser sancionada, Lei 9.394/96. No ano seguinte, o Decreto Federal nº 2.208/97, regulamenta os artigos da LDB que tratam especificamente da Educação Profissional e cria o Programa de

Expansão da Educação Profissional. Na Tabela 1, resume-se a linha do tempo da Educação Profissional e Tecnológica, no Brasil, com todas as suas nuances.

Tabela 1: Trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

ANO	INSTITUIÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL
1909	Escola de Aprendizes Artífices	Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909
1937	Liceus Profissionais	Lei nº 378, de janeiro de 1937
1942	Escolas Industriais e Técnicas	Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942
1959	Escolas Técnicas Federais	-
1978	Centro Federal de Educação Tecnológica	Decreto Lei 6.545, de 30 de junho de 1978
2008	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008

Fonte: ROCHA, 2018

Após décadas de atuação dos CEFETs e das Escolas Agrotécnicas, em 2004, inicia-se nova discussão referente às políticas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica, inicialmente com a retomada da possibilidade da oferta de Cursos Técnico Integrados com o Ensino Médio, seguida da alteração da lei que vedava a expansão da rede federal, decreto nº 2.208/97 e da promulgação da Lei 11.741/2008, que alterou a LDB e instituiu um capítulo específico acerca da Educação Profissional e Tecnológica.

Como resultado destes debates e convenções, foi sancionada em 2008, no governo do Lula, a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território nacional, objeto de estudo da seção seguinte.

2. A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

A seção anterior permitiu a apreensão sobre a história dos Institutos Federais, que configuram atualmente a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, que principia em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, decorrendo mais tarde nos Liceus Profissionais; que originaram as Escolas Industriais e Técnicas; as Escolas Técnicas Federais, se transformando nos anos 70 em Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs.

Percorre toda essa trajetória até chegar em 2008, quando foi sancionada a Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais, passando a existir uma nova configuração da Rede Federal baseada na transformação dos CEFETs, das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e algumas Escolas vinculadas às Universidades

Federais, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, caracterizados como um modelo inovador de Educação Profissional, assim descritos por Pacheco (2011, p. 12):

Os institutos têm características de inovação e ousadia, características estas que são necessárias, e visam atender a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

A Resolução nº 06/2012, de 20/09/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (uma das modalidades de ensino da EPT) enfatiza os cursos ministrados nessas Instituições de ensino bem como as especificidades das instituições, o que representa um ganho significativo na qualidade do ensino para as cidades-polo, a partir das mudanças implementadas.

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de:

- I - Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Na análise do Ministério da Educação, os Institutos Federais constituem um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica, estruturado sobre o potencial dos Centros Federais de Educação (Cefet), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais (BENTES; OLIVEIRA, 2013, p. 263).

Nessa perspectiva, Otranto (2010), enfatiza que o Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, sendo este a expressão maior da atual política pública de Educação Profissional brasileira, produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental.

Partícipe desse novo modelo institucional o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, o "IFAM se soma a outros trinta e sete Institutos, organizados na Rede Federal de Educação Profissional no país com a preocupação de contribuir mais significativamente para tornar melhor a vida das populações locais [...]" (BENTES; OLIVEIRA, 2013, p. 275).

Atualmente a Rede Federal, configurada nos Institutos Federais, se faz presente em todo território do país, e vem se expandindo de forma gradativa. A partir de 2008 houve, a maior expansão da referida rede, e ainda continua o processo de expansão, de modo a contribuir para o desenvolvimento local dessas comunidades, conforme uma das características dessas Instituições:

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento

dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008, s/p).

Segundo resultados divulgados pelo MEC (2018), a expansão das instituições federais da EPT partiu, em 2006, de um total de 144 unidades, chegando em 2018, a 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento. Isto, por sua vez, representa a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto na fase três do plano de expansão da Rede Federal que totalizava 400 novas unidades. E deseja-se que continue avançando. A tabela 2 destaca o aumento significativo do número de dessas instituições em escala nacional:

Tabela 2: Expansão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica no Brasil

ANO	NÚMERO DE UNIDADES EXISTENTES	CRESCIMENTO ABSOLUTO DE UNIDADES
2006	144	0
2010	354	210
2018	659	305

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do MEC/SETEC/2018

Conclui-se, a partir dos dados apresentados, a grande aceitação dessas instituições federais no território brasileiro, as quais vem oferecendo diversos cursos, em várias modalidades e níveis. Nessa perspectiva, vista em seu princípio como ferramenta de política voltada para os menos favorecidos socialmente em 1909, a Rede Federal, bem como os Institutos Federais, se configura atualmente como importante composição para que todas os brasileiros tenham efetivo acesso ao ensino de caráter científico, profissional e tecnológico, inclusive à população da cidade de Lábrea, no Amazonas, em que foi implantado um Instituto, conforme asseverada na seção seguinte.

3. A IMPLANTAÇÃO DO IFAM CAMPUS LÁBREA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em conformidade com o exposto nas seções anteriores, teve origem com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da publicação da Lei nº 11.892/2008, cuja pedra fundamental foi a Chamada Pública MEC/SETEC/ nº 02/2007, de 12 de dezembro de 2007, que tinha como objetivo acolher propostas de composições desses Institutos; o resultado da Chamada Pública apresentada em 31 de março de 2008, através da Portaria MEC/SETEC nº 116 e, finalmente, o Projeto de Lei nº 3.775, apresentado em julho de 2008,

pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, que se transformou na lei em tela.

A Portaria nº 373, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 01/09/2009, nº 167, seção 1, p. 29, aprova o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, que traz em seu bojo, a natureza e as finalidades da Instituição, em que se destaca o

Art. 1º - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, doravante denominada IFAM, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (IFAM, 2009, p. 1).

Dentre as dez (10) unidades do IFAM, existentes à época da publicação, a Portaria apresenta o “[...] g) **Campus Lábrea**, sediado na Rua 22 de Outubro, s/nº, Bairro Vila Falcão, CEP: 69.830-000, **Município de Lábrea, Amazonas**” (IFAM, 2009, p. 2. Grifo nosso). Tal excerto é ratificado por Bentes; Oliveira (2013, p. 264):

No Amazonas dez campi já estão instalados. Três em Manaus: Campus Manaus Centro, Distrito Industrial, Zona Leste. Sete no interior: o de Coari, que foi implantado na fase I do processo de implantação deflagrado pelo MEC; e os de Presidente Figueiredo, Parintins, Lábrea e Tabatinga instituídos na fase II, integrados à Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira. Já estão em andamento as articulações para a fase III no Amazonas com a perspectiva de novos campi em regiões extremas do Estado.

Em complementação à informação, os campi do IFAM implementados na fase III da Expansão da Rede foram: Humaitá, Tefé, Eirunepé e Itacoatiara, além da instituição do campus Manacapuru, ainda na condição de campus Avançado.

Para se chegar à implantação do IFAM, em Lábrea, muito ainda se tem por estudar, pesquisar e aprender, especialmente sobre os antecedentes históricos dessa implantação porque consta que no início da década de 1990, iniciou-se a construção da então Escola Agrícola de Lábrea, cuja infraestrutura física, serviu de base para a adaptação e ampliação para as instalações do futuro IFAM campus Lábrea, e foram de suma importância para que a Prefeitura Municipal de Lábrea, através de da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em parceria com a equipe técnica do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-AM), conseguisse organizar projeto para concorrer à Chamada Pública do MEC, o que acabou se consolidando.

Mas por que a Escola Agrícola de Lábrea nunca chegou a funcionar? É necessário, para isso, compreender o contexto histórico:

A partir da década de 1990, o Brasil adota uma reforma neoliberal do Estado com eixo na política de ajuste monetário, como forma de recuperação do desenvolvimento econômico e a reinserção do país no mercado internacional. [...]. Nesse período é instituída a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – Lei nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996), que propõe a introdução de novas políticas de formação profissional para sistema educacional do país (BRAGATO, 2018, p. 5).

O Governo FHC [Fernando Henrique Cardoso] preconizou uma reforma dirigida ao sistema produtivo e que favoreceu os interesses dos setores educacionais privados (BRAGATO, 2018) e aprovou o Decreto nº 2.208/1997, que dividiu a Educação Profissional em três níveis: Básico; Técnico e Tecnológico (BRASIL, 1997), o que na prática, “separou os cursos de formação profissional e de ensino médio [...]. Tal separação recolocou a dualidade do sistema educacional brasileiro e os segmentos de ensino médio e de ensino profissional (BRAGATO, 2018), o que interrompeu a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Pacheco (2012) vai além,

Para os estados, a separação entre a educação profissional e o ensino médio estabeleceu uma oferta paralela ao sistema de ensino regular. A falta de investimento federal levou os estados a manter a oferta de ensino médio com recursos próprios ou por meio da adesão a programas financiados por empréstimos internacionais. No caso da educação profissional, o financiamento disponível, vinculado ao Proep, não previa recursos para sua manutenção, com a contratação e estruturação de carreiras para os docentes e demais servidores da educação necessários ao funcionamento das escolas.

Esse fato teve repercussão em Lábrea. Sem recursos previstos para a conclusão da obra; previsão orçamentária para manutenção de rede; contratação de professores e quiçá perspectiva de continuidade, a Escola Agrícola da cidade, teve suas atividades encerradas ainda na fase de construção dos primeiros prédios, cuja administração foi conferida ao Exército do Brasil e passou a funcionar como base para o Tiro-de-Guerra 12-006/Lábrea, a partir de 1997.

Pouco mais de uma década depois, a infraestrutura descontinuada na década de 1990, repassada ao Exército Brasileiro; utilizada para a oferta de Curso Superior em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e, posteriormente como sede da Escola Municipal Jovelina Maia, foi fundamental para a redefinição da ideia inicial. Agora não mais para funcionar como Escola Agrícola, mas como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM *campus* Lábrea, de acordo com o Regimento Interno da Instituição, mencionado no início desta seção.

Após a fase de execução do projeto, com adequação e (re)adaptação da infraestrutura às novas instalações, construídas nos anos de 2008 e 2009, bem como realização de audiências públicas com os diversos segmentos da sociedade para a definição dos cursos, consta que a implantação do *campus* foi realizada em 1º de fevereiro de 2010, bem como o início das atividades acadêmico-administrativos, porém, a inauguração oficial se deu apenas em 07 de março do corrente ano (CAMPUS LÁBREA, 2014).

Neste primeiro momento, o IFAM campus Lábrea, dispunha apenas de um Diretor Geral, o professor Jorge Nunes Pereira; da Diretora de Ensino, professora Anna Cássia Souza da Silva; colaboradores terceirizados de segurança armada e de asseio e conservação e ofertar Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com os cursos Técnicos em Agropecuária, Administração e Informática, de forma integral (manhã e tarde) e os cursos Subsequentes em Administração, e Secretariado, no turno noturno (LÁBREA, 2014, p. 10. Com adaptações) era um desafio e tanto!

A solução encontrada foi contratar professores-horistas e temporários, de acordo com a Lei nº 8.745/1993, para ministrarem as disciplinas da Base Comum: José Sancler Silva de Oliveira (Biologia), Mário Jorge Queiroz de Freitas (História), Antônio de Cássia Soares Bezerra (Filosofia), Rosicleudo Teixeira da Silva (Matemática) dentre outros.

Porém, com a divulgação do resultado final do Concurso Público para o provimento de vagas para cargos Técnico-Administrativos e Docentes, objetos dos Editais nº 003 e 004, de 19/02/2010, os servidores foram sendo nomeados e entrando em exercício gradativamente e ao final do 1º semestre de 2010, o IFAM campus Lábrea, dispunha em seu quadro funcional, com quase 30 (trinta) servidores:

Ano após ano, a instituição vem se consolidando dentro de suas características e finalidades, no sentido de “I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008); buscando cumprir efetivamente suas premissas básicas sua visão, missão e valores institucionais preconizados em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Tabela 3: Premissas do IFAM campus Lábrea

Missão	Promover Educação através do Ensino, Pesquisa e Extensão visando o desenvolvimento socioambiental local e regional do Médio Purus;
Visão	Ser referência como Instituição de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Amazonas;
Valores	Cidadania – Ética – Humanização – Qualidade e Responsabilidade Socioambiental.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional: 2014-2018 (LÁBREA, 2014, p. 13).

Em 2013, houve uma ampliação significativa na oferta de cursos. Além da manutenção dos cursos já existentes, iniciou-se o curso de Recursos Pesqueiros (Subsequente); PROEJA em nível médio Secretariado. Foi implantado a modalidade de Educação à Distância com os cursos subsequentes em: Agente Comunitário de Saúde, Meio Ambiente e Rede de Computadores, além de oferta de Pós-graduação em nível de Especialização em PROEJA campo e a implementação de Programas do Governo Federal: Bolsa formação, PRONATEC e Mulheres Mil (LÁBREA, 2014, p. 10).

4. O IFAM CAMPUS LÁBREA HOJE

Quase uma década após a implantação, no que diz respeito ao quadro geral da oferta formativa, o campus Lábrea é responsável atualmente pela oferta regular dos seguintes cursos:

- a) Ensino Médio Integrado em Administração, Agropecuária e Informática;
- b) Cursos Técnicos Subsequentes de Nível Médio em Administração, Manutenção e Suporte de Informática, Recursos Pesqueiros e Secretariado;
- c) Educação de Jovens e Adultos na forma do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada (PROEJA), em Vendas.
- d) Graduação na modalidade a distância (EaD) em Pedagogia;
- e) Pós-graduação na modalidade a distância (EaD) em Educação do Campo, Gestão em Saúde, Educação Profissional e Tecnológica e Formação Pedagógica Docente (Química, Física, Ciências Biológicas e Matemática), em conformidade com as tabelas 4 e 5.

Tabela 5: Cursos ofertados pelo IFAM campus Lábrea – Integrado do Ensino Médio, Subsequente e PROEJA

Modalidade	Curso – Turma	Turno	Matrículas	Total
Integrado	Administração - 1º ano	Integral	35	106
	Administração - 2º ano	Integral	34	
	Administração - 3º ano	Integral	37	
	Agropecuária - 1º ano	Integral	70	160
	Agropecuária - 2º ano	Integral	37	
	Agropecuária - 3º ano	Integral	53	
	Informática - 1º ano	Integral	36	130
	Informática - 2º ano	Integral	38	
Informática - 2º ano	Integral	56		
Total na modalidade Integral			396	
Subsequente	Administração	Noturno	40	121
	Manutenção e Suporte em Informática	Noturno	22	
	Recursos Pesqueiros	Noturno	40	
	Secretariado	Noturno	19	
Total na modalidade Subsequente			121	
EJA	Vendas	Noturno	23	23
Total na modalidade PROEJA			23	

Fonte: Coordenação de Registro Acadêmicos do IFAM campus Lábrea

Em conformidade com o Art. 5º da Resolução nº 06/2012: Os cursos de

Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais. (BRASIL, 2012, s/p).

Tabela 5: Cursos ofertados pelo IFAM campus Lábrea – Modalidade Educação A Distância (EaD)

Modalidade	Nível	Curso
EaD	Graduação	Pedagogia
	Pós-graduação	Educação do Campo
		Educação Profissional e Tecnológica
		Gestão em saúde
		Formação Pedagógica Docente (Química, Física, Ciências Biológicas e Matemática)

Fonte: Coordenação de Registro Acadêmicos do IFAM campus Lábrea

Dessa forma, a Instituição cumpre ainda o Art 8º § 2º da mencionada Resolução ao “[...] atender às diretrizes e normas nacionais definidas para a modalidade específica, tais como Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, Educação Especial e Educação a Distância”.

Quanto ao quadro de funcionários, é composto por um quadro de corpo docente e Técnico-Administrativo. O corpo docente é constituído por 42 professores entre efetivos e substitutos (conforme Lei 8.745/1993). Desse quadro de profissionais, seis (6) servidores foram liberados para Especialização *Stricto Sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) e ainda outros alguns que foram removidos para outras unidades da mesma instituição, de acordo com a legislação vigente, totalizando 6 profissionais.

O corpo Técnico Administrativo é constituído por 35 profissionais. Dentre os quais: Administrador, Assistente de aluno, Assistente Social, Auxiliar de biblioteca, Bibliotecário/Documentalista, Técnico em audiovisual, Técnico em laboratório de informática, Analista em TI, Técnico em Tecnologia da Informação, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnicos em Agropecuária, Médico Veterinário, Pedagogo, Contador, Psicóloga, Nutricionista, Enfermeira e Técnico em Enfermagem.

O quadro institucional permite concluir que a Instituição conta com estrutura e infraestrutura adequada para oferta de seus cursos, contando ainda com um quadro de profissionais docentes com formação em áreas variadas e ainda servidores técnicos administrativos em educação e ainda pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas do *campus*.

Todo o exposto é asseverado por Bentes e Oliveira (2013) quando enfatizam que:

Os Institutos Federais, como política pública, de acordo com o MEC, têm sua função social configurada nas definições de sua natureza e singularidade. Isso significa dizer que tais natureza e singularidade se configuram na expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; nas iniciativas educacionais em cooperação com Estados e Municípios; na ampliação da oferta de cursos técnicos na forma de ensino médio integrado, incluindo a forma ensino a distância (EAD); no apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições, com a formação de mais mestres e doutores, e, finalmente nas ações ligadas ao princípio de que os processos de formação para o trabalho tenham relação com a elevação do nível escolar, o que inclui o Programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). (BENTES; OLIVEIRA, 2013, p. 264).]

Destarte, o IFAM campus Lábrea vem contribuindo de forma significativa com o desenvolvimento local e regional, com a redução das desigualdades sociais e regionais por meio da relação entre ensino, pesquisa e extensão, oportunizando a população do médio Purus o efetivo acesso às conquistas científica, profissional e tecnológica, e ainda a geração de emprego e aumento de renda a população local e do entorno.

Sabe-se, portanto, que muito ainda se tem que avançar quanto ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, especialmente no que diz respeito à contribuição aos arranjos produtivos locais e a população tradicionais (indígenas, ribeirinhos), mas todo o exposto nesta seção, assevera que a Instituição vem nesses 8 (oito) anos de implantação esforçando-se, dentro das possibilidades, para cumprir fielmente sua missão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou a realização de um estudo mais aprofundado referente a temática apontada. Os resultados deste estudo, com destaque na compreensão acerca da implantação dos Institutos Federais no Brasil, a trajetória da Rede Federal da educação profissional e tecnológica, a criação do Instituto Federal campus Lábrea e sua relação com o desenvolvimento local e regional, mostram a importância de garantir o direito à oferta de educação profissional e tecnológica, pública e de qualidade, articuladas com outras forças sociais da região, no enfrentamento das desigualdades regionais e sociais.

É neste sentido, que os Institutos Federais buscam desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

A perspectiva de atuação a oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino precisa estar articulada com a vocação regional e as

demandas trazidas pela comunidade local. Porém, é necessário planejar com cautela a implantação de novos cursos, especialmente quando vinculados a uma nova área ou eixo tecnológico, verificando as potencialidades do município, a estrutura de laboratórios e equipamentos, bem como, a contratação de novos docentes para atender essa nova demanda.

Entretanto, na medida em que o processo de constituição dos Institutos Federais vai se consolidando no território brasileiro, novos desafios vão se apresentando. Em contrapartida, quando esses desafios são superados, contribuem significativamente para o fortalecimento da instituição, qualificando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino público gratuito, assumindo assim, o compromisso com a inclusão e justiça social, cidadania, preservação do meio ambiente e o desenvolvimento local e regional tão almejados.

REFERÊNCIAS

BENTES, Arone do Nascimento; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal. A implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Amazonas e sua relação com a construção de uma identidade técnica-tecnológica no Estado. In: MOURÃO, A. R. B.; BENTES, A. N.; ALMEIDA, C. A. G.; NOGUEIRA, S. C. C. (Org.) A Educação Profissional na Região Norte: reflexões e críticas. Manaus: Edua, 2013.

BRAGATO, Josiane. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Inovação da Política de Educação Profissional no Brasil? Universidade Federal Fluminense. In: **Anais eletrônicos do V Congresso Nacional de Educação – V CONEDU**, Recife - PE, outubro de 2018.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

_____. Resolução n 6, de 20 de setembro de 2012. Define diretrizes curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (CNE/CEB). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 set. 2012. Seção 1, p. 22.

FRIGOTTO, G. et al. (Org.). **Educação profissional e tecnológica**: memórias, contradições e desafios. Campos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2006.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. In **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 22n, p. 201-210, maio-ago 2006. IFAM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Plano de Desenvolvimento Institucional: 2014-2018. Manaus: IFAM, 2014.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Planejamento Estratégico: 2012-2017. 1.ed. Manaus: Gráfica Moderna, 2013.

LABREA. Instituto de Educação, de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas campus Lábrea Plano de Desenvolvimento Institucional: 2014-2018. Lábrea, 2014. LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepções e diretrizes. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010.

_____. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 18 jan.2018.

_____. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf Acesso em: 18 jan. 2018.

OLIVEIRA. R. (Org.). **Jovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. São Paulo: Papirus, 2012.

OTRANTO, C. R. **Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. In: Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ). Ano I, nº 1, jan-jun 2010. P.89-110.

PACHECO, E. **Institutos Federais**: uma revolução na educação tecnológica. São Paulo: Moderna,2011.

PACHECO, E. (org). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Profissional e

Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC: Brasília, 2012.

SANTOS, Antonio Paulino; GONZAGA, Amarildo Menezes. A tendência professor-pesquisador em um percurso de autoria: algumas considerações. In: SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro [et al] (orgs). **Formação de Professores e Estratégias de Ensino: perspectivas teórico-práticas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

SAVIANI. **Política e educação no Brasil**: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.